**MUNICÍPIO DE ALMADA**
**Assembleia Municipal**

# EDITAL

Nº 218/XIII-4º/2021-25

## (Moções/Deliberações)

Ivan da Costa Gonçalves, Presidente da Assembleia Municipal de Almada, torna público que na Primeira Reunião da Sessão Ordinária referente ao mês de abril de 2025 da Assembleia Municipal de Almada, realizada no dia 29 de abril de 2025, a Assembleia Municipal aprovou as seguintes Moções/Deliberações:

### Voto de Pesar pelo Papa Francisco

A Assembleia Municipal de Almada manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento de Sua Santidade o Papa Francisco, figura maior da Igreja Católica, cujo legado ultrapassa fronteiras religiosas, geográficas e até políticas.

Homem de fé, de diálogo e de coragem, o Papa Francisco marcou a história do nosso tempo pela sua postura humanista, pela sua dedicação incansável aos mais pobres e excluídos, pela defesa intransigente da paz, da dignidade humana, da justiça social e da proteção do planeta.

O seu pontificado ficará para sempre ligado a uma mensagem de proximidade, simplicidade e fraternidade. Um exemplo que tocou crentes e não crentes, promovendo a construção de pontes num mundo tantas vezes marcado pela divisão.

Desaparece um homem que, mais do que um líder religioso, foi uma presença luminosa num tempo de solidão e indiferença.

Francisco acreditava num mundo com mais justiça, mais cuidado com os outros e mais respeito com o planeta que deixaremos aos vindouros. E não apenas acreditava – mostrava, com atos concretos, que esse mundo é possível. Pela sua voz, muitos se sentiram ouvidos. Pela sua coragem, muitos encontraram consolo. Pela sua humildade, muitos reencontraram a fé.

Hoje, o mundo está mais pobre. Mas também está mais grato.

A Assembleia Municipal de Almada associa-se ao luto mundial, endereçando à Santa Sé e a todos os fiéis as suas sentidas condolências.

Partiu um homem bom. Mas ficam as suas palavras, os seus gestos e o exemplo que o tempo não apagará.

### Voto de Pesar pelo Falecimento de Sua Santidade, o Papa Francisco

Um sentimento de imenso pesar e profunda consternação.

Foi assim que o mundo recebeu a notícia do falecimento do Papa Francisco, líder da Igreja Católica e uma das vozes mais influentes do nosso tempo.

Jorge Mário Bergoglio, argentino de origem italiana, entrou para a história em 2013 ao tornar-se o primeiro Papa oriundo do Hemisfério Sul, o primeiro jesuíta, e o primeiro não europeu em mais de 1.200 anos a assumir a liderança do Vaticano.

Desde o início de seu pontificado, Francisco foi um sinal de mudança e renovação. Escolheu o nome "Francisco" em homenagem a São Francisco de Assis, símbolo da simplicidade, humildade e defesa dos mais desfavorecidos.

Durante mais de uma década a liderar os destinos da Igreja Católica, Francisco enfrentou desafios internos e externos com coragem e sensibilidade. Combateu e geriu os escândalos de abusos sexuais na Igreja Católica,

promoveu reformas no Vaticano, fortaleceu o papel das mulheres na Igreja, ao nomear uma freira para gerir todas as ordens religiosas, e defendeu com firmeza o meio ambiente, através da encíclica Laudato Si'.

Acolheu os imigrantes, os divorciados e a comunidade LGBTQ+, sublinhando que todos cabem na Igreja Católica, sendo este um dos grandes marcos do pontificado do Papa Francisco.

No cenário internacional, tornou-se um incansável defensor da paz, da fraternidade e do entendimento entre os povos. Envolveu-se em mediações diplomáticas e foi uma das principais vozes contra a guerra, o extremismo religioso e as desigualdades sociais.

Em cada visita apostólica — incluindo países muçulmanos e regiões em conflito— levou sempre uma mensagem de esperança, compaixão e reconciliação.

Em Portugal, deixou um legado emocional muito forte.

Esteve presente no Centenário das Aparições de Fátima, em 2017, e mais recentemente na Jornada Mundial da Juventude, em 2023, onde emocionou milhares de jovens com sua presença humilde e com a célebre expressão que se tornou símbolo de seu pontificado: "Todos, todos, todos".

"Não tenham medo" é outra grande mensagem que o Papa Francisco nos deixa, uma frase encorajadora para que não tenhamos medo de amar e perdoar.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada expressa a sua consternação e pesar pela partida de um dos principais líderes da história recente.

**Voto de Pesar pelo Falecimento de sua Santidade, O Papa Francisco**

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária no dia 28 de abril de 2025, manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento de Sua Santidade, o Papa Francisco.

Nascido Jorge Mário Bergoglio, em Buenos Aires, Argentina, o Papa Francisco foi o 266.º Sumo Pontífice da Igreja Católica, tendo iniciado o seu Pontificado a 13 de março de 2013. Primeiro Papa oriundo das Américas, primeiro Jesuíta e primeiro não europeu em mais de doze séculos, a sua eleição representou um momento histórico para a Igreja Católica.

Ao longo do seu Pontificado, Sua Santidade teve a responsabilidade de guiar a Igreja e representar a instituição que, há dois milénios, testemunha a fé cristã no mundo.

O falecimento do Papa Francisco constitui um momento de relevância para todos os católicos e para a História da Igreja, merecendo da parte desta Assembleia Municipal o devido reconhecimento institucional.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada delibera:

1. Expressar publicamente o seu pesar pelo falecimento de Sua Santidade, o Papa Francisco;
2. Endereçar à Santa Sé e à Conferência Episcopal Portuguesa uma mensagem formal de condolências;
3. Guardar um minuto de silêncio em sua memória na presente sessão.

**Voto de pesar**
**(Pelo falecimento de Jorge Bergoglio, Papa Francisco)**

Faleceu Jorge Bergoglio, Papa Francisco.

# EDITAL

Nº 218/XIII-4º/2021-25

## (Moções/Deliberações)

Um Papa que marcou a Igreja Católica. Um Papa que marcou os fiéis católicos, mas também outros cristãos, crentes de outras confissões religiosas, e mesmo não crentes, numa fase da história da humanidade marcada pela violência das guerras impostas pelos poderes políticos instituídos, com uma grande proximidade às causas da Paz, da defesa dos direitos económicos e sociais e de justiça para com todos os excluídos desta atual sociedade *"submetida a interesses financeiros"*, nas palavras do próprio Francisco.

As suas Encíclicas, especialmente a Encíclica *Laudato Si'* e a Encíclica *Fratelli Tutti*, constituem contributos significativos para importantes avanços na doutrina social da Igreja Católica.

A morte do Papa Francisco constitui, inegavelmente, uma perda para o mundo. Não enquanto chefe da Igreja Católica, mas como homem universalista e humanista que se dedicou a pensar e a agir sobre as coisas do mundo e da humanidade. As coisas que nos levam por caminhos transviados, quem sabe se fatais, e que o Papa Francisco tentou travar com a sua sensibilidade e espírito fraterno.

A ausência da palavra solidária de Francisco vai diminuir a visibilidade dos problemas e injustiças que hoje a humanidade enfrenta, seja no plano social, ambiental ou no combate pela Paz.

Foi um incansável defensor da Paz!

Não de uma paz abstrata. Da paz que se alcança falando, compreendendo e negociando, e não espalhando a pobreza e a morte porque são necessárias armas, mais armas, cada vez mais armas e mais sofisticadas, capazes de tornar sempre maiores as multidões de inocentes assassinados e fazer transbordar os cofres dos magnatas da morte.

Nas suas derradeiras e esforçadas palavras, Francisco teve a energia necessária para lembrar os pobres, os desprezados, as minorias perseguidas, os excluídos das "periferias", as vítimas do racismo e da xenofobia, os refugiados e migrantes, solidarizando-se com estes como vítimas da ganância e das guerras impostas aos seus países. E não deixou de responsabilizar, mais uma vez, a doutrina que identificou explicitamente como responsável por essas expressões de miséria: o capitalismo e a sua versão extrema, o neoliberalismo.

Francisco foi, por tudo isto, um homem contra a corrente, mas que não desistiu, até ao fim, de tentar modificar a realidade do mundo em que viveu, de tornar esse mundo o lugar próprio para o florescimento da dignidade do ser humano, de todos os seres humanos.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada delibera expressar o mais sentido pesar pelo desaparecimento físico de Jorge Bergoglio, Papa Francisco, dirigindo em especial a toda a Comunidade Católica, os mais sinceros pêsames pelo seu falecimento, e expressar igualmente o voto de que o seu legado humanista enquanto Sumo Pontífice da Igreja Católica, possa ser prosseguido por aquele que lhe suceder.

**Recomendação**
**Pela Requalificação Urgente do Cais do Ginjal e da Antiga Área da Lisnave**

O Cais do Ginjal e a zona da antiga Lisnave integram uma das frentes ribeirinhas com maior valor estratégico da Área Metropolitana de Lisboa. Com profundo significado histórico, social e económico, estas zonas representam simultaneamente um enorme potencial de regeneração urbana e um flagrante exemplo de degradação e abandono, visível a todos os que vivem, visitam ou trabalham no concelho de Almada.

No mês de abril de 2025, a Câmara Municipal de Almada decretou a interdição do Cais do Ginjal, invocando o risco iminente de colapso das infraestruturas existentes, reconhecendo assim, de forma oficial, o estado avançado de degradação da zona.

# EDITAL

Nº 218/XIII-4º/2021-25

## (Moções/Deliberações)

O próprio executivo camarário tem vindo a reconhecer publicamente a importância estratégica daquele espaço, considerando que o Ginjal representa "uma ferida aberta entre a cidade e o rio" e que "Almada não pode continuar a viver de costas voltadas para o Tejo".

Contudo, estas declarações contrastam com a ausência de intervenções estruturais e medidas concretas de requalificação ao longo dos últimos sete anos de governação socialista, durante os quais pouco ou nada foi feito para devolver este território à cidade e aos cidadãos.

Adicionalmente, existe um diferendo público e prolongado entre a Câmara Municipal de Almada e a Administração do Porto de Lisboa (APL), com especial incidência na gestão e jurisdição da faixa ribeirinha de Cacilhas ao Ginjal, o que tem servido de justificação recorrente para a inação da autarquia. Contudo, é do interesse do município — e sua responsabilidade política — procurar resolver institucionalmente esse impasse, de forma diplomática e eficaz, em nome do desenvolvimento da cidade e do bem público.

Por outro lado, o Governo da República anunciou recentemente um plano de requalificação para os terrenos da antiga Lisnave, com promessas de instalação de museus, equipamentos culturais e habitação. Todavia, permanece desconhecido o grau de envolvimento da autarquia neste processo, nomeadamente no que diz respeito à articulação institucional, defesa do interesse local, elaboração de propostas e planeamento urbanístico.

A conjugação destes fatores — a degradação do Ginjal, o abandono da Lisnave e o impasse com o Porto de Lisboa — deve ser encarada com total transparência e sentido de urgência.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada delibera recomendar à Câmara Municipal de Almada que:

1. Apresente, até ao final do presente mandato, à Assembleia Municipal, um relatório detalhado sobre:

As ações, projetos, estudos ou propostas de intervenção promovidas pela Câmara Municipal relativamente ao Cais do Ginjal e à zona da antiga Lisnave desde 2017;

Os contactos e negociações estabelecidos com a Administração do Porto de Lisboa, designadamente os pontos de bloqueio, contrapropostas apresentadas e soluções propostas pela autarquia;

A calendarização de planos ou intervenções previstos e respetivos financiamentos (municipais, nacionais ou comunitários);

O estado atual dos instrumentos de planeamento territorial aplicáveis (PDM, planos de pormenor, operações de reabilitação urbana, etc.);

As diligências efetuadas no âmbito do projeto anunciado pelo Governo para os terrenos da Lisnave.

Indicação do eventual plano de proteção económica previsto para os estabelecimentos de restauração localizados no Ginjal, considerando que serão dos principais afetados pelo encerramento do acesso principal, e tendo em conta que os percursos alternativos se encontram degradados ou operam de forma intermitente (ex. elevador).

Apresentação dos planos de realojamento para os habitantes que viviam na zona do Ginjal, tanto a curto, médio como a longo prazo.

2. Desencadeie, com carácter de urgência, um processo de auscultação pública, envolvendo associações locais, cidadãos, empresários, instituições culturais e educativas, com o objetivo de construir uma visão estratégica partilhada para a frente ribeirinha de Almada.

# EDITAL

Nº 218/XIII-4º/2021-25

## (Moções/Deliberações)

### Saudação ao Dia do Trabalhador

No dia 1 de maio assinala-se o Dia do Trabalhador - data consagrada pelo Congresso Operário Internacional em 1889, em homenagem à luta de 500 mil trabalhadores que, em 1886, nesse mesmo dia, saíram à rua em Chicago, numa manifestação pacífica, exigindo a redução da jornada laboral para oito horas. A expressão dessa manifestação, contribuiu para a consciencialização da humanização do trabalhador e da relevância dos seus direitos.

Ao longo da história, tem sido em grande parte através do trabalho e dos trabalhadores que se tem garantido a existência de condições de vida e de transformação do mundo. No entanto, milhões de homens e mulheres, têm sido vítimas de formas de exploração inqualificáveis, sendo condenados a uma existência indigna, no quadro de um conjunto de relações de poder, em que a prosperidade e o conforto de poucos, se tem alcançado à custa do sofrimento e da dignidade de quase todos.

Apesar dos progressos civilizacionais e do diálogo social terem avançado no sentido da defesa dos direitos dos trabalhadores, continuam a existir situações que os violam. A humanização do trabalho e o reconhecimento do seu valor estão ainda longe de ser uma realidade globalmente alcançada.

O dia 1 de maio representa, acima de tudo, a afirmação de um progresso civilizacional, económico e social, da redução das desigualdades, para a qualidade de vida dos trabalhadores. Mas o reconhecimento dos direitos laborais é uma conquista que ainda hoje, tal como no passado, se realiza numa luta contínua e que persistirá enquanto houver o desejo pelo progresso, pelas reivindicações e aspirações legítimas dos trabalhadores, que devem ser reconhecidos, recompensados e dignificados pelo seu trabalho.

A Agenda do Trabalho Digno, criada e aprovada pelo governo do Partido Socialista em 2023, continua o caminho da valorização salarial, do combate à precariedade laboral, da promoção da contração coletiva e da conciliação entre a vida profissional e familiar. A criação destas medidas melhora e equilibra ainda mais as relações laborais, dignificando e valorizando os trabalhadores, criando condições para que o trabalho seja, de facto, um trabalho digno para todos.

Esse é o caminho que o país necessita de continuar a percorrer, não permitindo que sejam feitos quaisquer retrocessos em matéria de legislação laboral e de proteção social.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária no dia 29 de abril de 2025, saúda todos os trabalhadores portugueses e o movimento sindical, em especial, os trabalhadores do concelho de Almada, os trabalhadores das autarquias locais e todas as entidades que, com base nos princípios da igualdade, da fraternidade, da solidariedade e da justiça social, têm lutado pelos direitos políticos, económicos e sociais e sindicais e contribuído dessa forma para a melhoria das condições de trabalho e de vida dos trabalhadores portugueses.

### Saudação ao 25 de abril de 1974

Celebramos hoje uma das mais importantes datas da história do nosso país, o dia 25 de abril de 1974.

Essa foi a madrugada por que muitos esperavam, o dia que pôs fim a uma ditadura fascista, que durante 48 anos assombrou o nosso país, onde o medo imperava, onde o povo não tinha voz.

Um país de censura, de clausura e de opressão. Um país que já não conhecemos, mas que importa não esquecer.

# EDITAL

Nº 218/XIII-4º/2021-25

## (Moções/Deliberações)

Há 51 anos, o país renasceu. Esta foi a madrugada de uma revolução que nos chegou pelas mãos dos jovens Capitães de Abril, ao som do Grândola Vila Morena do Zeca Afonso, com o cheiro e frescura de um cravo vermelho orgulhosamente erguido.

Celebramos hoje a liberdade. A Liberdade que é um dos princípios fundamentais da Democracia em que hoje vivemos, um dos pressupostos essenciais à existência de um País mais justo e mais solidário.

Mas o 25 de Abril não nos trouxe só a liberdade. Trouxe o país democrático no qual vivemos e a Constituição da República Portuguesa de 1976. E com ela, os direitos, liberdades e garantias que gerações mais novas, que já nasceram em liberdade, sempre tiveram garantidos.

Mas trouxe também a democracia representativa, assente em eleições livres, em que a vontade do povo, expressa através do seu voto, escolhe aqueles que nos representam, e que têm nas suas mãos os destinos das nossas terras, do nosso país e da europa.

Foram há exatamente 50 anos as primeiras eleições livres em Portugal, realizadas em 1975, que permitiram a formação da Assembleia Constituinte, responsável pela elaboração da Constituição da República Portuguesa de 1976. Estas foram as eleições mais participadas de sempre no nosso país, com mais de 90% dos eleitores a expressarem através do seu voto a sua voz, por tantos anos reprimida.

Trouxe o Poder Local Democrático, mais próximo dos cidadãos, composto por Mulheres e Homens com uma enorme vontade de transformar, melhorar a vida dos seus cidadãos, com altruísmo próprio que os caracteriza, e que sempre que necessário estão lá, a fazer o possível e impossível por cada um de nós.

Trouxe o direito à educação e a enorme transformação no ensino público, que se tornou universal, não discriminatório, e que é em si mesmo o garante de justiça social e de igualdade.

Trouxe o Serviço Nacional de Saúde, que trata todos de igual forma, não olhando à ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual, conforme está estabelecido na nossa Constituição, mas que passa por um momento de ataque constante à sua essência.

Trouxe tantas outras coisas: o acesso à cultura, às artes e ao desporto. A igualdade de oportunidade entre homens e mulheres.

Este ano, mais do que dizer o Abril que ainda está por cumprir, todos temos de celebrar estas e outras grandes conquistas de Abril, pois já começam a ser muitas as vozes que querem silenciar este dia, o dia mais bonito da nossa história. Abril será sempre uma festa. Abril será sempre para celebrar, e relembrar que temos hoje um país livre, justo e solidário, que acolhe e protege todos, todos, todos.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária no dia 29 de abril de 2025, saúda os 51 anos do 25 de abril de 1974 e os 50 anos das primeiras eleições livres em Portugal, e todas as conquitas que abril nos trouxe, que permitiram a construção da nossa democracia e de um país justo, livre e solidário.

**RECOMENDAÇÃO**

**Apoio da Câmara Municipal de Almada ao Banco Alimentar Animal**

O Banco Alimentar Animal de Almada tem dado algum apoio a famílias em situação de vulnerabilidade e a cuidadores de animais. Este apoio garante que tutores e cuidadores tenham acesso a ração e outros bens essenciais para os animais ao seu cuidado, reduzindo assim casos de abandono e negligência.

# EDITAL

Nº 218/XIII-4º/2021-25

## (Moções/Deliberações)

Nos últimos anos, a crise económica agravou-se e, muitos destes cuidadores veem-se em dificuldades para garantir o bem-estar dos animais. O aumento da procura por ajuda e a diminuição de doações colocam em risco a continuidade deste trabalho essencial.

Para que o Banco Alimentar Animal funcione, é necessário que existam doações de alimento para os animais para que possam ser distribuídas de forma regular pelas colónias e cuidadores. Sabemos que essas doações oscilam no tempo e que nem sempre são regulares, pondo em causa o funcionamento deste Banco.

O envolvimento da Câmara Municipal de Almada neste esforço solidário é crucial para garantir que os animais em situação de vulnerabilidade continuam a ter acesso à alimentação regular e adequada. Além disso, o apoio da autarquia ao Banco Alimentar Animal com a doação de ração animal de forma regular, poderia incentivar a participação da comunidade e dos estabelecimentos locais em campanhas de doação, promovendo uma maior consciência sobre a importância da proteção animal.

Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária delibera recomendar à Câmara Municipal de Almada que:

1. Apoie o Banco Alimentar Animal de Almada, garantindo doações regulares de alimento para animais, sendo estes depois distribuídos por cuidadores de colónias registadas, de acordo com as regras do próprio Banco sob responsabilidade da Provedoria do Animal, e por munícipes carenciados e referenciados;
2. Divulgue amplamente a existência do Banco Alimentar Animal e as formas de apoio disponíveis, sensibilizando a comunidade para a importância de contribuir para esta iniciativa.

**Moção**
**(Pelo restabelecimento da circulação e usufruto no Cais do Ginjal)**

O cais do Ginjal, situado ao longo da falésia da arriba fóssil de Almada, é historicamente um local de grande atividade humana e económica, que ali se estruturou e desenvolveu não obstante a exposição do local aos elementos, por vezes extremos, da natureza.

Esta particularidade nunca impediu os almadenses de usufruir daquele espaço, mesmo quando registado algum percalço da natureza, sempre tiveram estes a capacidade para recuperar para si aquele espaço. Em alguns casos, os almadenses e os então responsáveis pela gestão da coisa pública, não apenas tiveram capacidade para remendar as feridas, como tiveram a ousadia de prevenir o seu aparecimento; é disso exemplo o paredão em betão instalado sob a fábrica de óleo de fígado de bacalhau, ou o paredão construído sob a Casa da Cerca.

Foi preocupação da CDU, durante o período em que geriu o Município de Almada, a procura de soluções para que a população de Almada, e quem nos visita, pudesse usufruir em segurança o Cais do Ginjal, tendo consciência do valor paisagístico e turístico do local e da sua mais-valia cultural e patrimonial, após o período industrial e comercial ter terminado por volta da década de 90 do século passado.

Nesse quadro, foram concretizadas diversas obras para valorizar e dar mais segurança a todo aquele espaço:

- A obra de consolidação da falésia por baixo da Casa da Cerca e do jardim do Castelo.
- A construção do Jardim do Rio e do elevador da Boca do Vento.
- A recuperação e reabilitação da Fonte da Pipa.
- A recuperação e reabilitação das construções onde se instalou o Museu Naval.
- A reabilitação das escadas da Boca do Vento.

- A reabilitação do próprio Cais do Ginjal, com a consolidação do piso ao longo de toda a sua extensão, assim como colocação de guardas e a iluminação.

O Cais do Ginjal, com estas obras ganhou segurança, qualidade urbana e capacidade de atração turística.

Porém, nos últimos anos, o atual Executivo não teve a preocupação de fazer face à natural degradação daquele território, pelo que chegámos à situação atual.

É evidente que não ignoramos que a responsabilidade pela manutenção e reabilitação daquele espaço, cabe essencialmente aos privados que detêm as propriedades, e à Administração do Porto de Lisboa enquanto entidade pública com jurisdição naquela área do território.

No entanto, não ignoramos, igualmente, que compete ao Município de Almada, e à sua Câmara Municipal em concreto, a responsabilidade de pugnar para que este território possa constituir-se como um bem destinado ao usufruto dos almadenses e dos cidadãos, que de qualquer parte do mundo visitam o concelho.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada delibera:

1. Recomendar que a Câmara Municipal de Almada desenvolva todas as diligências junto das entidades privadas proprietárias dos terrenos, e junto da Administração do Porto de Lisboa enquanto entidade com competência jurisdicional sobre aquele território, para que em conjunto, desenvolvam uma adequada estratégia para a reabilitação e proteção daquele espaço.
2. Recomendar igualmente à Câmara Municipal que, no âmbito das suas competências e responsabilidades, desencadeie os mecanismos adequados, junto dos proprietários ou por si própria, para realojamento urgente das pessoas que viviam em condições degradantes naquele local, nalguns casos há mais de três décadas.
3. Recomendar finalmente à Câmara Municipal, face a uma eventual falta de resposta daqueles responsáveis, privados e públicos, e tendo em conta a necessidade urgente de intervenção naquele território, que recorra a todos os mecanismos institucionais e legais ao seu dispor, no sentido de executar a própria Câmara Municipal as obras que assegurem o uso daquele território, exigindo posteriormente às entidades responsáveis o ressarcimento do investimento realizado.

**Saudação ao 1º de Maio**

O País continua marcado por uma profunda injustiça na distribuição da riqueza criada pelos trabalhadores. O patronato usa a legislação laboral para aumentar a exploração, boicotar a contratação coletiva e atacar direitos.

Os cinco maiores bancos a operar em Portugal registaram, em 2024, um lucro diário de 13,9 milhões de euros; a EDP e a GALP acumularam, por dia, 5,1 milhões de euros de lucros; empresas como a Navigator, Semapa, ou Corticeira Amorim, arrecadaram 1,8 milhões de euros por dia, também em lucros.

A Saúde está a ser transformada num negócio. A transferência, prevista no Orçamento de Estado, de mais de metade do orçamento do Serviço Nacional de Saúde para grupos privados que hoje é uma realidade, será agravada pelo anúncio do governo em gestão, da intenção de celebração de parcerias público privadas para entrega da gestão de cinco hospitais e 174 centros de saúde aos grupos privados, entre os quais o Hospital Garcia de Orta.

# EDITAL

Nº 218/XIII-4º/2021-25

## (Moções/Deliberações)

Os custos da habitação estão incomportáveis, crescendo todos os dias o número de famílias a viver em condições indignas, de que é exemplo, no nosso Concelho, o bairro de Penajoia. São cada vez mais os trabalhadores que empobrecem apesar de trabalhar, muitos deles mesmo a trabalhar a tempo inteiro.

O não cumprimento dos horários de trabalho, o alargamento do trabalho por turnos, o trabalho ao domingo perfeitamente dispensável, a necessidade de recorrer a mais que um emprego para poder fazer face a uma vida mais digna, constituem impedimentos a viver a vida na sua plenitude – acompanhar o crescimento dos filhos, o envelhecimento dos pais, participar na vida política local e nacional, usufruir da cultura, como meio de enriquecimento humano.

O 25 de Abril, que este ano comemora 51 anos, não foi feito para isto. Foi feito para que o Povo Português e todos aqueles que hoje rumam ao nosso País à procura de uma vida melhor, usufruam de salários dignos, direitos laborais que protejam quem trabalha, um Serviço Nacional de Saúde Universal e gratuito, uma Escola Pública gratuita e de qualidade, um sistema de Segurança Social Universal e Solidário, que proteja os trabalhadores na doença, no desemprego, que garanta uma pensão digna e que proteja a pessoa na deficiência; que tenham acesso a uma habitação para si e para a sua família, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar; gratuitidade das creches para as crianças; uma rede pública de transportes eficaz, que sirva quem trabalha e que contribua para a diminuição de gases com efeito de estufa.

Porque isto não pode continuar assim, porque são sempre os mesmos a pagar os desmandos de quem nos tem governado, precisamos de fazer ouvir a nossa voz, através da luta dos trabalhadores, que assumem o papel determinante no desenvolvimento económico do país e um papel decisivo na construção de uma sociedade mais justa e equitativa, mas também através do voto.

No próximo dia 18 de maio realizam-se eleições para a Assembleia da República. Quem trabalhou uma vida inteira e quem hoje trabalha, tem a oportunidade de derrotar quer a política de direita quer as forças e projetos reacionários, e para abrir as portas de novo ao Projeto de Abril.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada delibera:

1. Apelar à participação na Jornada de Luta do 1º de Maio de 2025, por melhores salários e pensões, pela dignificação de quem trabalha!

**Moção de Saudação ao 1.º de Maio**
**Dia do Trabalhador**

● O 1.º de Maio, celebrado mundialmente como o Dia do Trabalhador, é uma data histórica que assinala as lutas dos trabalhadores por melhores condições de vida e de trabalho, pelos direitos laborais, pela justiça social e pela dignidade humana;

● Esta data remonta à greve geral de 1886 em Chicago, onde milhares de trabalhadores se mobilizaram pela jornada de 8 horas de trabalho, culminando em momentos trágicos, mas também decisivos para o reconhecimento dos direitos laborais;

● Em Portugal, o 1.º de Maio representa também a força e a esperança dos trabalhadores ao longo de décadas de resistência e reivindicação, tendo sido assumido com plena liberdade após o 25 de Abril de 1974, como símbolo de liberdade e solidariedade;

# EDITAL

Nº 218/XIII-4º/2021-25

## (Moções/Deliberações)

• Hoje, num tempo em que persistem desigualdades salariais, precariedade laboral, desequilíbrios na distribuição da riqueza e novos desafios decorrentes da transformação tecnológica, a valorização do trabalho e dos trabalhadores é essencial para uma sociedade mais justa e inclusiva;

A Assembleia Municipal de Almada, delibera:

1. Saudar todas e todos os trabalhadores da freguesia, do país e do mundo, reconhecendo o seu contributo indispensável para o desenvolvimento económico, social e humano;

2. Reafirmar o compromisso com os valores do trabalho digno, da igualdade, da justiça social e da solidariedade, pilares fundamentais de uma sociedade democrática e coesa;

3. Apelar à mobilização e participação cívica no 1.º de Maio, como forma de homenagear as lutas do passado e de afirmar as exigências do presente e do futuro, em defesa dos direitos laborais e da dignidade no trabalho.

**Voto de Saudação às atletas Sara Mendes e Amélia Yurieva do Clube Recreativo do Feijó (CRF) e à atleta Mariana Almeida da Sociedade Filarmónica União Artística Piedense (SFUAP) – saudação estendida ao CRF e à SFUAP**

No fim-de-semana de 5 e 6 de abril, Sara Mendes, ginasta do Clube Recreativo do Feijó, sagrou-se Campeã Nacional Júnior Absoluta, no Campeonato Nacional da 2.ª Divisão 2025 de Ginástica Rítmica, sendo vencedora na Prova do Arco e das Maças.

No escalão de juvenis, Amélia Yurieva, também atleta do Clube Recreativo do Feijó, alcançou o primeiro lugar em Juvenis, não tendo tido possibilidade de subir ao pódio por não ter nacionalidade portuguesa (a atleta é de nacionalidade ucraniana, tendo chegado a Portugal após a invasão russa ao país), situação que também reforça o concelho de Almada como um Território de Muitos e gerador de oportunidades para todos.

Simultaneamente, e em representação da Sociedade Filarmónica União Artística Piedense, Mariana Almeida sagrou-se Vice-Campeã Nacional de Júniores.

No Concelho de Almada, a ginástica representa cerca de 9% da prática desportiva federada, sendo a terceira modalidade mais praticada, e uma das mais equitativas na sua distribuição de género – enquanto que apenas 25% dos atletas federados do concelho são mulheres, a proporção na ginástica é de 56%.

Os êxitos de Sara Mendes, Amélia Yurieva e Mariana Almeida revelam-se determinantes para a divulgação de uma modalidade que consideramos estratégica ao desenvolvimento desportivo integrado e inclusivo do Concelho. Por isso, torna-se imprescindível manter e reforçar continuamente os investimentos nos equipamentos municipais, verdadeiro pilar para potenciar a prática desportiva.

Estes resultados demonstram também, mais uma vez, o esforço e competência de todos os atletas, treinadores e dirigentes do Clube Recreativo do Feijó e Sociedade Filarmónica União Artística Piedense, que contribuem imensuravelmente para a promoção do desporto e atividade física no Concelho de Almada.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada expressa uma saudação às atletas Sara Mendes, Amélia Yurieva e Mariana Almeida, pelos resultados alcançados, bem como, saudar o Clube Recreativo do Feijó e a Sociedade Filarmónica União Artística Piedense pela excelência do trabalho desportivo desenvolvido e pela promoção da Ginástica.

# EDITAL

Nº 218/XIII-4º/2021-25

## (Moções/Deliberações)

**Moção**
**(Pelo regresso da AMARSUL à esfera pública)**

O Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 março veio aprovar o processo de privatização da Empresa Geral do Fomento (EGF), empresa corresponsável com os Municípios pela recolha, tratamento e valorização da maior parte dos resíduos em Portugal.

Foram então criados sistemas multimunicipais para gestão de resíduos, de participação obrigatória para os Municípios que assumiram 49% do capital social, ficando a Empresa Geral de Fomento (EGF), maioritária com os restantes 51%. Os Municípios foram igualmente obrigados a transferir as suas competências e responsabilidades legais para aqueles sistemas, com a garantia de que a EGF se manteria integralmente na esfera pública.

O processo de privatização da EGF, decidida pelo governo PSD/CDS, traiu a confiança dos Municípios portugueses, não tendo sequer sido permitido aos Municípios a aquisição da maioria do capital desses sistemas.

Esse desrespeito pela autonomia do Poder Local Democrático tem sido a prática de sucessivos governos do PS e do PSD/CDS: entregar a gestão aos privados, e impor uma política tarifária em que a entidade reguladora fixa as tarifas e preços e os Municípios são obrigados a cobrá-los aos munícipes.

Por se tratar de um direito humano fundamental, com influência direta na qualidade de vida e saúde das populações e na criação de padrões ambientais de qualidade, o setor dos resíduos é um setor estratégico que deve permanecer integralmente na esfera da responsabilidade pública.

O processo de privatização da EGF, e por consequência da AMARSUL, foi um grave erro, que conduz os Municípios e as populações a pagar o lucro de empresas privadas, para terem acesso a serviços essenciais.

Assim, considerando que:

a) A recolha, valorização e tratamento de resíduos é um serviço essencial à qualidade de vida das populações que não pode ser entregue a interesses meramente lucrativos.
b) A privatização de 51% do capital social da AMARSUL conduziu ao aumento das tarifas, acompanhado por uma evidente desvalorização e degradação do serviço prestado, e à degradação das condições de trabalho dos trabalhadores.
c) A privatização da EGF se concretizou à revelia dos estatutos, do acordo de acionistas da AMARSUL, do parecer negativo da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) e em frontal desrespeito pela vontade dos municípios.

A Assembleia Municipal de Almada delibera:

1. Reafirmar a sua firme defesa do Serviço Público nos setores essenciais para a qualidade de vida das populações – como é o da valorização e tratamento de resíduos; como garante de serviço de qualidade e sustentável, em defesa de um Direito Humano Fundamental e necessidade da população e direitos dos trabalhadores.
2. Exigir ao Governo a aplicação do Subsídio de Penosidade e Insalubridade e a valorização salarial das carreiras profissionais dos trabalhadores da AMARSUL.
3. Exigir ao Governo que promova o regresso da AMARSUL à esfera pública, revertendo a privatização da EGF e, consequentemente, da AMARSUL.
4. Contestar os aumentos de tarifas e preços definidos pela ERSAR e pelo Governo, como sucedeu para este ano de 2025.

# EDITAL

Nº 218/XIII-4º/2021-25

## (Moções/Deliberações)

5. Defender a autonomia do Poder Local, exigindo respeito pelas atribuições e competências que lhe estão conferidas pela Lei das Autarquias e pela Constituição da República Portuguesa.

Por ser verdade se publica o presente edital que vai por mim assinado e irá ser afixado nos lugares de estilo deste Concelho.

Almada, em 30 de abril de 2025

O Presidente da Assembleia Municipal

(Ivan da Costa Gonçalves)